

Fleury lança a reforma do ensino básico

A partir do próximo ano a Educação no estado de São Paulo não será mais a mesma. Um grandioso programa de reforma do ensino público foi apresentado ontem pelo secretário da Educação, Fernando Moraes, e o governador Fleury Filho, no Palácio dos Bandeirantes. O Projeto Escola-padrão promete entregar 300 novas escolas de 1º e 2º graus no Estado (200 na Grande São Paulo e 100 no interior), em 1992.

Nas escolas-padrão, a carga horária será aumentada para cinco horas diárias e 200 dias letivos (hoje os alunos têm quatro horas de aula diárias e 180 dias letivos no ano). A idéia é começar com 300 no primeiro ano, e mais 1.000 escolas de 1993 em diante, até o final do governo.

Escola diferenciada

"Esta reforma não dará resultados na próxima eleição, mas nas próximas gerações", definiu Fernando Moraes. O governador emendou: "Queremos que a sociedade paulista volte a sentir orgulho do ensino público". No dia 6 de maio Fleury assinou o decreto nº 33.235, criando o Núcleo de Gestão Estratégica. Durante quatro meses e meio, 100 pessoas ligadas à educação, inclusive deputados de diversos partidos, debatucaram-se sobre os males que afetam o ensino e elaboraram um perfil de escola diferenciada.

As 300 novas escolas surgirão de adaptações em colégios já existentes, para agilizar a reforma do ensino. "O termo 'padrão' signifi-

Fernando Moraes, secretário da Educação, fala durante a cerimônia de lançamento do Projeto Escola-padrão, ontem, no Palácio dos Bandeirantes: escola diferenciada.



Heitor Huí/AE

ca padrão de qualidade, mas não queremos padronizar o ensino", explicou Moraes. "As escolas devem ser diferentes entre si, de acordo com suas prioridades físicas e pedagógicas", lembrou. O currículo escolar não será alterado por enquanto. "Não podemos mexer nos currículos de apenas algumas escolas para não criar diferenças profundas no ensino. Uma reforma curricular está sendo pensada para o futuro".

Para este primeiro lote de 300 foram selecionadas escolas carentes (como aquela onde foi assassinada a menina Silmarya no Jardim Caribé) e outras que atendam uma grande demanda de alunos. O governador assinou um decreto que modifica o salário dos professores em sete referências. Aos que se dispuserem a lecionar nas escolas-padrão no regime de dedicação exclusiva (necessário para o projeto), Fleury concederá uma

gratificação salarial de 30%. Os diretores, assistentes e professores que trabalham à noite receberão 30% a mais (hoje o adicional noturno é de 10%). Quem dá aulas na periferia da cidade ou nas zonas rurais vai contar com 20%. Diretores de escolas que abrigam até 700 alunos merecem 20%; de 700 a 1500 alunos, 30% e nas escolas com mais de 1500 alunos, o adicional será de 40%. O projeto prevê mudanças no ensino noturno. Os alunos estudarão por três horas e meia. E a carga horária de 200 dias anuais pula para 250.

A reforma contará ainda com um canal de TV em UHF e uma banda do satélite Brasilsat, que a rede pública vai dividir com a Fundação Padre Anchieta. Somam-se a essa munição pedagógica os 15 Centros de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (uma matriz na Capital e 14 no interior), onde os professores serão

treinados e reciclados por cursos da USP, Unesp e Unicamp. O projeto se viabilizou, além do orçamento de US\$ 2 bilhões, graças a outros US\$ 250 milhões conseguidos junto ao BID.

Outra novidade é a autogestão. Pais, professores e diretores estabelecerão seus objetivos e solicitarão uma verba da Secretaria da Educação. Cabe à escola assinar um termo de compromisso, obrigando-se a cumprir seus programas. As escolas técnicas, que estão anacrônicas no ensino e defasadas em instrumentos, serão administradas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (responsável pelas universidades estaduais). São 66 escolas técnicas e industriais.

Ensino decadente

Enquanto o governo paulista divulga seu projeto de reforma educacional, os empresários brasileiros convocados há um ano pelo presidente Fernando Collor para participar do Programa Nacional de Qualidade e Produtividade voltam esta semana a Brasília.

Desta vez para alertar, num seminário, que o esforço para adequar a indústria nacional aos padrões internacionais poderá ser inviabilizado pela decadência do ensino de 1º grau. Mais de 200 empresários da Comissão Empresarial de Produtividade, que assessorava o governo, argumentam que a crise do ensino básico impossibilita a formação de mão-de-obra qualificada para garantir um mercado competitivo.

Cristina Ramalho